



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO C-316 – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita, objetiva de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Previdenciário, Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito Penal e Direito Internacional e Comunitário.

1ª Etapa INSTRUÇÕES

1. Esta prova constará de 100 (cem) questões e será realizada em duas etapas de 50 (cinquenta) questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 (cinquenta) questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor (0,1).
4. Preencha a folha de respostas, somente, com caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.
5. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
6. Não rasgue, nem rasure, a folha de respostas.
7. A duração de cada etapa é de 4 (quatro) horas.
8. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais, bem como de aparelhos eletrônicos e telefones celulares.
9. O candidato que tornar identificável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.
10. O candidato não poderá, durante a realização da prova, retirar-se do recinto sem a devida autorização.

26.11.2006

A COMISSÃO DESEJA-LHE BOA PROVA!



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO C-316 – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita, objetiva de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Previdenciário, Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito Penal e Direito Internacional e Comunitário.

Dia 26.11.2006 – 1ª Etapa
QUESTÕES

DIREITO DO TRABALHO

1. O art. 3º da CLT estabelece os pressupostos do conceito de empregado ou elementos caracterizadores da relação empregatícia, sendo correto afirmar que:

- a) O pressuposto da pessoalidade exige que o empregado execute suas atividades pessoalmente, sem fazer-se substituir por terceiro, a não ser em caráter esporádico, com a aquiescência do empregador ou na hipótese de substituição normativamente autorizada (por lei ou norma autônoma).
- b) O pressuposto da não-eventualidade exige que os serviços sejam de natureza contínua, isto é, não-intermitente, embora não seja necessária ao Direito do Trabalho a exclusividade da prestação de serviços.
- c) O pressuposto do salário consiste em dizer que o contrato de trabalho é oneroso e que, ante a falta de estipulação do *quantum* do salário ou de seu pagamento de forma indireta, desfigura-se a condição de empregado, para se ter a intenção de prestar serviço desinteressadamente por mera benevolência.
- d) O pressuposto da subordinação determina que o trabalhador-empregado se limite a permitir que sua força de trabalho seja utilizada por outrem, a quem fica por isso, juridicamente subordinado, exceto no caso de empregado-sócio, em que se diz que este é empregado de si mesmo e em que a condição de empregado é sempre absorvida pela participação na sociedade.
- e) O pressuposto da pessoalidade vincula-se ao trabalho por pessoa física e deste não se distingue, significando dizer que a prestação de serviços por pessoa jurídica, sem fixação específica de uma pessoa física realizadora de tais serviços, afasta de imediato a possibilidade de relação de emprego.

2. Considerando-se que o Código Civil de 2002, aplicável subsidiariamente ao Direito do Trabalho, é omissivo quanto à capacidade do índio para os atos da vida civil, e deixa para a lei especial a disciplina sobre a matéria, pode-se afirmar que:

- a) Não mais há diferença entre índios que vivem isolados e índios integrados à comunidade ou em vias de integração, podendo os mesmos serem empregados ou empregadores, e considerando-se válidos todos os atos por eles praticados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

b) O índio não mais pode ser considerado relativamente incapaz, como o classificava o Código Civil de 1916, podendo o mesmo, agora, ajuizar reclamações trabalhistas, em defesa de seus direitos, independente de intervenção do Ministério Público, pois agora possui *legitimatio ad causam*.

c) Mesmo diante da omissão do Novo Código Civil, o índio só pode ser empregado ou empregador e ter o contrato de trabalho considerado válido, se integrado à comunidade ou se estiver em vias de integração, dependendo, neste último caso, de assistência do órgão tutelar competente.

d) Os índios passaram a ter *legitimatio ad causam*, porém ainda é necessária a intervenção do Ministério Público em todos os atos que praticarem, especialmente daqueles que vivem isolados, denunciando-se os abusos e providenciando-se a aplicação das sanções cabíveis.

e) Nada mudou quanto à capacidade do índio para firmar contrato de trabalho, seja como empregado seja como empregador, pois, até que sobrevenha lei especial para reger a matéria, o mesmo, independente de sua condição civilizatória, continua sendo relativamente incapaz e necessitando da assistência de órgão tutelar competente para firmar contratos válidos.

3. Acerca da figura do empregador, sucessão trabalhista e responsabilidade pelos créditos dos empregados, é correto afirmar que:

a) A responsabilidade que deriva para os entes que compõem um grupo econômico é solidária, o que confere ao credor-empregado o poder de exigir de todos os componentes do grupo ou de qualquer deles o pagamento por inteiro da dívida, desde que tenha prestado serviços em benefício de todos e que os mesmos constem no título executivo judicial, como devedores.

b) Não existem elementos fático-jurídicos específicos à figura do empregador, dependendo sua caracterização da simples apreensão e identificação dos elementos fático-jurídicos da relação de emprego. O que ocorre, em relação ao empregador, são apenas alguns efeitos jurídicos que decorrem de sua própria existência, tais como a despersonalização da figura do empregador e a alteridade.

c) Em face da globalização e da necessidade de adequar-se os setores econômicos às novas tendências da política governamental, a intervenção do Banco Central do Brasil nas instituições financeiras, tornou-se mais freqüente, havendo a separação do ativo e do passivo, com alienação do primeiro à outra instituição financeira e permanecendo o banco que sofreu a intervenção sem ativo principal. Trata-se de uma das hipóteses em que não se aplicam as regras de sucessão de empregador prevista na CLT, permanecendo com o sucedido a responsabilidade pelos encargos trabalhistas.

d) Na hipótese de arrendamento de empresa ou estabelecimento, não se aplicam as regras cogentes de alteração subjetiva do contrato de emprego, pois trata-se de sucessão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

trabalhista precária, com alteração apenas provisória na estrutura jurídica da empresa, sem afetar os direitos adquiridos e os contratos de trabalho dos empregados.

e) Visando atender à diversidade de interesses empresariais no setor agropecuário, combater a assustadora proliferação de cooperativas de trabalho fraudulentas, e estimular o trabalho formal com garantia de acesso aos direitos trabalhistas básicos, surgiu a figura jurídica do consórcio de empregadores. Desse novo instituto deriva a responsabilidade solidária de cada integrante, porém limitada, conforme se valham da força de trabalho, e respeitados os parâmetros justralhistas.

4 . À luz da jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar sobre a terceirização no Direito do Trabalho:

a) Representam terceirização lícita, todas as atividades que se definam como atividades-fim do tomador de serviços, assim como aquelas que se constituam em atividades-meio conforme discriminadas na súmula 331.

b) Existindo pessoalidade e subordinação direta do empregado terceirizado ao tomador de serviços, mesmo em se tratando de órgãos da administração pública quando terceiriza trabalho temporário, legalmente autorizado, não se fala em responsabilidade subsidiária do tomador, mas sim em vínculo empregatício com este.

c) A responsabilidade do tomador de serviços, em caso de inadimplemento da obrigação trabalhista por parte do empregador ou fornecedor de mão-de-obra, inclusive em se tratando de órgão da administração direta, funda-se na idéia de responsabilidade objetiva daquele que se aproveitou dos riscos decorrentes do exercício da atividade econômica, prescindido da prova de culpa pela lesão aos direitos do trabalhador.

d) Consoante entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, inexistente possibilidade de relação de emprego entre trabalhador e órgãos da administração direta ou indireta. Assim sendo, na hipótese de terceirização fraudulenta, com existência de pessoalidade e subordinação direta ao tomador, em hipótese alguma pode-se declarar o vínculo empregatício com o órgão da administração pública, mesmo que seja para aplicarem-se os efeitos decorrentes da nulidade de contratação.

e) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços pelas obrigações trabalhistas inadimplidas por parte do empregador é cabível em qualquer situação, salvo quando o tomador for órgão da administração pública direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, quando a responsabilização só é possível desde que este tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial.

5. A partir de um cotejo entre as regras aplicáveis à trabalhadora MÃE SOCIAL e ao



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

trabalhador VOLUNTÁRIO, é correto afirmar que:

a) Enquanto o trabalho voluntário é a atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública ou privada de qualquer natureza, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade; o trabalho da mãe social é remunerado e consiste apenas no atendimento de crianças da comunidade.

b) Caso exista fiscalização na atividade do trabalhador voluntário, com a elaboração de escalas de comparecimento, e pagamento de qualquer vantagem, mesmo a título de auxílio-financeiro, estaremos diante de fraude à legislação trabalhista, pois trata-se, na realidade, de contrato de trabalho especial, assim como ocorre com o da mãe social, assegurados todos os direitos trabalhistas devidos aos empregados em geral.

c) Tanto a mãe social como o trabalhador voluntário só são considerados como tais se prestarem serviços a instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência social, e diferenciam-se pelo fato da primeira ser contratada mediante salário e com vínculo empregatício, enquanto o segundo exerce atividade não remunerada e sem vínculo empregatício.

d) A mãe social, para ser contratada, precisa ter a idade mínima de vinte e cinco anos e ser aprovada em treinamento e estágio, dentre outros requisitos; enquanto o trabalhador voluntário deve observar apenas sua capacidade de trabalho, a partir dos dezesseis anos, e ser contratado mediante a assinatura de simples termo de adesão, onde deve constar o objeto e as condições de seu exercício.

e) Enquanto o trabalho voluntário não se encontra sob o domínio do Direito do Trabalho, por ter caráter de benevolência e constituir-se em contrato de serviços gratuitos; a mãe social, cuja prestação de serviços gera vínculo empregatício com a instituição assistencial para a qual trabalha, tem assegurados todos os direitos previstos na CLT.

6. Quanto ao contrato de emprego e os contratos afins, é correto afirmar que:

a) Se uma pessoa física recebe de outrem (pessoa física ou jurídica) poderes para, em seu nome, praticar atos, ou administrar interesses, afastada fica da relação jurídica mantida entre os mesmos a natureza do contrato empregatício, pois não se admite a coexistência de contrato de emprego e mandato.

b) Não se pode classificar como contrato de empreitada qualquer ajuste pelo qual uma das partes se obriga a realizar certo trabalho a outrem, com material próprio ou por estes fornecido, mediante remuneração global ou proporcional ao trabalho executado, pois o que definirá se a hipótese é de empreitada e não de relação de emprego é a inexistência de subordinação jurídica do empreiteiro em relação ao seu contratante.

c) Se o trabalhador recebe do tomador rural dos serviços um ou mais animais para, pessoalmente e sob as ordens do tomador, pastoreá-los, tratá-los e criá-los, dividindo-se



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

os resultados do criatório entre as partes, na proporção por elas fixada, estamos diante da hipótese clara de parceria rural e da inexistência do contrato de emprego.

d) A lei que disciplina o trabalho do representante comercial, afasta qualquer possibilidade de subordinação jurídica, quando estabelece para esse profissional, além dos serviços de natureza não-eventual, a fixação e restrição de zonas de trabalho, proibição de autorizar descontos, obrigação de fornecer informações detalhadas sobre o andamento do negócio e a observância às instruções do representado.

e) A locação de serviços é modalidade de contratação, atualmente prevista no Código Civil Brasileiro como prestação de serviços, distinguindo-se do contrato de emprego, em razão de, neste, ser necessária a execução do trabalho apenas por pessoa física e, naquela, poder contratar-se tanto pessoa física como pessoa jurídica, apenas observando-se a pessoalidade em sendo contratada a primeira.

7. Sobre liberdade sindical e organização sindical no Brasil é correto afirmar que:

a) A Constituição Federal de 1988 assegurou a liberdade de associação para todos os fins, vedada a de caráter paramilitar.

b) A Constituição Federal de 1988 considera livre a associação sindical ou profissional, quando diz que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sem qualquer tipo de ressalva, proibindo expressamente a interferência e a intervenção do poder público na organização sindical.

c) A Constituição Federal de 1988 focaliza a liberdade sob o prisma do direito de constituir sindicatos, do direito de o sindicato autodeterminar-se, do direito de liberdade de filiação ou não ao sindicato e o direito de organizar mais de um sindicato da categoria econômica ou profissional dentro da mesma base territorial.

d) A Convenção nº 87 da OIT ratificada pelo Brasil em 14 de novembro de 2006, possibilita a criação de entidades sindicais na mesma base territorial, não implicando em restrição à representação.

e) A unicidade sindical (ou monismo sindical) consiste no reconhecimento pelo Estado de uma única entidade sindical, de qualquer grau, para determinada categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, enquanto que a unidade sindical traduz a união espontânea em torno de um único sindicato, à semelhança do que ocorre na unicidade, porém não em decorrência de imposição legal, mas como uma opção, como manifestação espontânea de seus integrantes.

8. Sobre entidades, garantias e sistemas sindicais é correto afirmar que:

a) Com a proibição de intervenção do poder público na organização sindical cessaram as atribuições da Comissão de Enquadramento Sindical, competindo, agora, às



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

confederações a coordenação das atividades do sistema, podendo, inclusive, solucionar controvérsias, garantindo-se sempre a possibilidade de recorrer ao Judiciário, na hipótese de inconformismo de uma das partes.

b) Não é possível o desmembramento de categorias agrupadas em entidades sindicais, em face de especialidades diversas reunidas por similitude e conexão.

c) O direito sindical brasileiro impossibilita a descentralização de uma categoria profissional que foi criada tendo por base o território nacional.

d) A jurisprudência é pacífica no sentido de que a legitimidade do sindicato limita-se à defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

e) A jurisprudência e a doutrina entendem que a estabilidade concedida ao empregado sindicalizado a partir do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, atinge todos os eleitos, diante da liberdade sindical reconhecida na Constituição Federal de 1988.

9. Sobre greve no direito brasileiro é correto afirmar que:

a) Considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador, desde que frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral e a entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados sejam notificados, com antecedência mínima de setenta e duas horas, da paralisação.

b) A participação em greve suspende o contrato de trabalho, desde que observadas as condições previstas na Lei de Greve, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.

c) Em todos os casos é vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos.

d) No Brasil, cabe à entidade sindical convocar assembléia, com o *quorum* previsto nos estatutos, para deliberar sobre a greve, sendo facultado aos trabalhadores interessados das categorias não organizadas em sindicato, deliberar sobre a greve constituindo uma comissão que os representará apenas nas negociações.

e) Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição e seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

10. Sobre trabalho infantil e normas legais aplicáveis à proteção da criança e do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

adolescente, é correto afirmar que:

- a) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- b) Toda pessoa com idade inferior a dezoito anos tem direito a brincar, praticar esportes, divertir-se e participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação. Neste sentido, os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais, inclusive no caso de trabalho infantil doméstico.
- c) Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada, segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, aos que se encontram na faixa de quatorze a dezoito anos de idade, obedecendo aos princípios de garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e horário especial para o exercício das atividades.
- d) Os empregadores, salvo as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional, são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.
- e) O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada. Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando não prevalecem sobre o aspecto produtivo. A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

11. Sobre direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista é correto afirmar que:

- a) Os interesses ou direitos difusos são entendidos como os transindividuais de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de direito.
- b) Os interesses ou direitos coletivos são entendidos como os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica-base.
- c) Os interesses ou direitos individuais homogêneos são entendidos como os de origem de direito comum, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato e de direito.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

d) Os interesses ou direitos difusos são entendidos como os transindividuais de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas ou grupos indeterminados e ligados por circunstâncias de fato e de direito.

e) Os interesses ou direitos coletivos são entendidos como os transindividuais de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

12. Quanto às relações de trabalho é correto afirmar:

a) É requisito formal do contrato de estágio a celebração de um termo de compromisso entre o estudante e a parte concedente do estágio, inclusive se o estágio for realizado sob a forma de ação comunitária.

b) Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela. Tal disposição constante de lei tem caráter absoluto e visa a impedir o desvirtuamento do cooperativismo.

c) A celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, onde constem o objeto e as condições de seu exercício, é requisito substancial à configuração do trabalho voluntário disciplinado em lei.

d) O contrato de aprendizagem pode ser ajustado verbalmente ou por escrito e seu prazo máximo é de dois anos.

e) Pode-se afirmar que, nos contratos de trabalho por equipe, ainda que formalizados em um único instrumento contratual, formam-se relações jurídicas de emprego específicas entre cada trabalhador e o empregador comum, podendo, assim, cada um deles demandar, individualmente, o empregador.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

13. Sobre composição, funcionamento, jurisdição e competência dos órgãos da Justiça do Trabalho é correto afirmar que:

a) São órgãos do Tribunal Superior do Trabalho: Tribunal Pleno, Seção Administrativa, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Seção Especializada em Dissídios Individuais, dividida em suas subseções, e Turmas. O Tribunal Pleno é composto pelos Ministros da Corte, devendo funcionar com a presença de, no mínimo, onze Ministros, sendo necessária maioria absoluta quando houver deliberação sobre aprovação, revisão ou cancelamento de Súmulas, não participando das sessões solenes ordinárias ou extraordinárias os Juízes convocados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

b) O TRT da 8ª Região é composto por vinte e três Desembargadores e formado pelos seguintes órgãos: Tribunal Pleno, Seção Especializada e Turmas. Em todos os casos, o Presidente do Tribunal Regional somente terá voto de desempate.

c) A partir da Emenda Constitucional nº 45/04 os Tribunais Regionais devem funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras Regionais, objetivando garantir o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo, bem como instalar a Justiça Itinerante.

d) Nas comarcas não abrangidas por jurisdição trabalhista, compete aos Juízes de Direito conciliar e julgar os dissídios individuais oriundos das relações de trabalho, casos em que eventuais recursos serão apreciados pelo respectivo Tribunal de Justiça Estadual.

e) Compete ao Presidente do Tribunal julgar, no prazo de vinte e quatro horas, a partir de seu recebimento, os pedidos de revisão da decisão que houver fixado o valor da reclamação para determinação de alçada.

14. Sobre competência em razão da matéria, das pessoas, funcional e do lugar, no Processo do Trabalho, é correto afirmar que:

a) A fixação da competência material da Justiça do Trabalho depende daquilo que o autor leva para o processo, isto é, repousa na causa de pedir e no pedido deduzidos em juízo, vinculados com relação de trabalho, inclusive danos morais e materiais, mesmo que a decisão de mérito envolva a aplicação de norma de direito civil ou de outros ramos do direito.

b) A competência funcional para processar e julgar os dissídios coletivos é dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho conforme a área de abrangência do conflito, cujo Poder Normativo é amplo e ilimitado, pois a Justiça do Trabalho é o único ramo do Poder Judiciário que possui competência material para criar normas gerais e abstratas destinadas às categorias profissionais ou econômicas.

c) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação anulatória proposta pelo Ministério Público do Trabalho, que tenha por objeto a declaração de ilegalidade de cláusula de convenção ou acordo coletivo que contenha contribuição confederativa ou taxa de assistência sindical, como também é competente para as ações entre sindicato e trabalhador (es) ou entre sindicato e empregador (es) que tenham por objeto a controvérsia sobre tais contribuições, excetuando-se as ações entre sindicatos.

d) A competência funcional originária e hierárquica para processar e julgar mandado de segurança na Justiça do Trabalho é exclusiva dos Tribunais Regionais ou do Tribunal Superior do Trabalho, conforme o caso.

e) São legitimados para suscitar conflito de competência os próprios juízes e tribunais do trabalho, o Ministério Público do Trabalho (na condição de agente ou órgão superveniente) ou as partes interessadas, pessoalmente ou por meio de seus



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

procuradores. Se a parte interessada já houver oposto na causa a exceção de incompetência, não impede que suscite o conflito.

15. Sobre partes, procuradores, representação, assistência judiciária, justiça gratuita e *jus postulandi* no Processo do Trabalho é correto afirmar que:

a) Todas as pessoas naturais e jurídicas sempre têm capacidade processual, por serem titulares de direitos e obrigações. Além das pessoas jurídicas, existem outros entes abstratos aos quais a lei não confere a condição de pessoas jurídicas, mas que têm capacidade de ser parte, a exemplo da massa falida e o espólio.

b) Em qualquer ação ajuizada perante a Justiça do Trabalho, a capacidade postulatória é facultada diretamente às partes por meio do instituto do *jus postulandi*.

c) A jurisprudência vem admitindo a coexistência de assistência judiciária e justiça gratuita, sendo que a prova da situação de miserabilidade econômica pode ser feita por simples declaração, na própria petição inicial ou em documento a ela anexado. Não há previsão infraconstitucional para a concessão desses institutos ao empregador, mormente em se tratando de pessoa jurídica. Todavia, a jurisprudência do TRT da 8ª Região é unânime no sentido de conceder justiça gratuita ao empregador.

d) O empregado que não pode comparecer à audiência por motivo de doença ou qualquer outro motivo poderoso, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato. Em ambos os casos, não se trata de representação processual, pois o fim objetivado pela norma consiste apenas na possibilidade de se evitar o arquivamento da reclamação.

e) Caso a parte opte por constituir advogado (a), este (a) deverá portar o instrumento de mandato, sem o qual não poderá propor a ação ou ingressar nos autos, exceto para o fim de evitar a decadência ou a prescrição, ou intervir no processo para a prática de atos considerados urgentes. Na Justiça do Trabalho não é admitido o mandato *apud acta*.

16. Sobre vícios, espécies e nulidades do ato processual, no Processo do Trabalho, é correto afirmar que:

a) A Consolidação das Leis do Trabalho alberga explicitamente o princípio do prejuízo inspirado no sistema francês (*pas de nullité sans grief*), quando proclama que somente haverá nulidade quando resultar em prejuízos para as duas partes, definindo-se "nulidade" como sendo a eficácia de um ato jurídico em virtude da falta de uma das condições necessárias para sua validade.

b) Em matéria de nulidade (absoluta e relativa), a CLT também consagra o princípio da convalidação, segundo o qual as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argüi-las à primeira oportunidade em que tiverem que falar em audiência ou nos autos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

c) Pelo princípio do interesse, a parte tem o ônus de demonstrar o manifesto prejuízo ao seu direito de demandar em juízo, mas somente estará autorizado a arguir a nulidade do ato se, e somente se, não concorreu direta ou indiretamente para a ocorrência da irregularidade.

d) O princípio da utilidade constitui corolário do princípio da economia processual, quando a CLT diz que “a nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependem ou sejam conseqüência”. Segundo esse princípio, o juiz não deve aproveitar os atos processuais posteriores independentes, na medida em que não sofram reflexos da nulidade.

e) A nulidade por incompetência *ex ratione personae* pode ser declarada de ofício ou mediante provocação do interessado.

17. Em se tratando de dissídio coletivo, quanto à legitimidade ou representação, é correto afirmar que:

a) É do Ministério Público do Trabalho em caso de greve em atividade essencial, ainda que inexistam a possibilidade de lesão a interesse público ou risco iminente à vida, à saúde e à segurança das pessoas direta ou indiretamente envolvidas pelo movimento de paralisação.

b) É do sindicato profissional, desde que observada a aprovação em assembléia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de dois terços dos mesmos, ou, em segunda convocação, pelo número de membros presentes.

c) É do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho ou, na sua ausência, e em casos de extrema relevância decorrente da paralisação de atividade essencial ao interesse coletivo, do Corregedor Regional do Trabalho nesta condição.

d) É da federação correspondente, ou na falta desta, da confederação respectiva, no âmbito de sua representação, quando o sindicato representativo patronal organizado não obtiver, por falta de quorum, a autorização para representação.

e) As Comissões de trabalhadores, especialmente eleitas em assembléia, poderão representar os interesses dos trabalhadores na Justiça do Trabalho.

18. Sobre a correição parcial é correto afirmar que:

a) Estando a petição em ordem e regularmente instruída, o Corregedor Regional ordenará



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

a notificação, mediante ofício, da autoridade reclamada, com remessa da segunda via apresentada pelo autor, com as cópias dos documentos, para que, no prazo máximo de dez dias, se manifeste sobre o pedido, devendo prestar as informações pertinentes. Ainda que se trate de reclamação contra ato de natureza funcional, as informações deverão ser preferencialmente prestadas pelo magistrado que se achar na titularidade da Vara do Trabalho, independentemente de haver proferido ou não o ato judicial impugnado.

b) Não é admissível o indeferimento da petição inicial monocraticamente pelo Corregedor Regional.

c) Das decisões proferidas pelo Corregedor Regional, caberá agravo regimental para o Tribunal Pleno, no prazo de oito dias, salvo quanto à autoridade judicial reclamada.

d) É da competência privativa do Tribunal Superior do Trabalho estabelecer, através de seu regimento interno, as regras atinentes ao instituto da correição parcial a serem observadas por todos Tribunais Regionais do Trabalho.

e) A correição parcial é utilizada para eliminar erro *in procedendo* e *in judicando*.

19. Acerca do procedimento sumaríssimo no processo do trabalho é correto afirmar que:

a) O procedimento sumaríssimo tem o seu campo de aplicação restrito aos dissídios individuais simples cujo valor da causa seja maior que dois e menor que quarenta salários-mínimos, excluídas as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

b) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente, sob pena do processo ser extinto sem resolução do mérito, por não ter o autor praticado os atos e diligência que lhe competiam. Não obstante, se ilíquidos os pedidos, a atribuição do valor da causa inferior a quarenta salários-mínimos já é suficiente para o autor beneficiar-se do procedimento sumaríssimo.

c) No procedimento sumaríssimo, o recurso de revista só é admitido por violação direta à Constituição e contrariedade à Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

d) As demandas sujeitas ao rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, no prazo de quinze dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial da Vara do Trabalho. Todavia, em caso de interrupção da audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de trinta dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

e) O procedimento sumaríssimo admite a prova testemunhal, no número máximo de duas, as quais comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação, e serão ouvidas pelo juiz que preside a audiência, não admitindo a oitiva por carta precatória inquiritória, em face da celeridade processual pretendida pelo legislador.

20. Sobre ação civil pública é correto afirmar que:

a) Sendo a ação civil pública instrumento de defesa dos interesses da sociedade, tem o Ministério Público do Trabalho legitimidade para ajuizá-la, haja vista suas funções institucionais elencadas na Constituição Federal. Nesse tipo de ação, admite-se o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos.

b) A ação civil pública é gênero das ações coletivas e tem por finalidade proteger de ameaças e lesões os direitos e interesses metaindividuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos. É em razão dessa finalidade que se tem a legitimidade do sindicato para, também, ajuizá-la em defesa dos mesmos interesses.

c) Na ação civil pública, há possibilidade de condenação genérica apenas em caso de danos aos direitos metaindividuais e impossibilidade de reparação com retorno ao *statu quo ante*, quando então o julgador fixará indenização compensatória, em pecúnia.

d) A ação civil coletiva é espécie do gênero ação civil pública, tem como objeto a defesa de interesses ou direitos individuais homogêneos, e como legitimados passivos, na esfera trabalhista, todos aqueles que causarem lesões aos interesses difusos ou individuais homogêneos ou apenas ameaçarem de lesão tais direitos ou interesses, quer sejam pessoas física ou jurídica, de direito público ou privado, porém sempre na qualidade de tomadores de serviços.

e) Na ação civil pública, para tutelar interesses ou direitos metaindividuais trabalhistas, o Ministério Público do Trabalho poderá agir tanto na qualidade de legitimado autônomo para a condução do processo quanto na de substituto processual; atuando, no primeiro caso, em defesa dos interesses ou direitos difusos e, no segundo, dos interesses ou direitos coletivos ou individuais homogêneos.

21. Relativamente ao recurso de revista é correto afirmar que:

a) O recurso de revista - recurso de natureza extraordinária - é cabível para uma das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho das decisões terminativas proferidas em dissídio individual ou coletivo, pelos Tribunais Regionais do Trabalho. Destina-se a uniformizar a jurisprudência ou restabelecer norma nacional violada, e não admite o exame de fatos ou provas. É incabível contra acórdão regional proferido em agravo de instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

b) O recurso de revista não se presta à observância do duplo grau de jurisdição. Sua interposição não exige o simples fato da sucumbência, tal como ocorre com os recursos de natureza ordinária. O Ministro Relator pode negar seguimento ao recurso de revista nas hipóteses de intempestividade, deserção, falta de alçada e ilegitimidade de representação, ou ainda por estar a decisão recorrida em consonância com Súmula da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. A divergência apta a ensejar recurso de revista deve ser atual.

c) A divergência jurisprudencial ensejadora da admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso de revista há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram. Daí a necessidade de demonstrar essa divergência para o Órgão julgador. Se não constar da decisão, compete à parte prequestioná-la. Diz-se prequestionada a matéria quando na decisão impugnada haja sido adotada, implicitamente, tese a respeito. Incumbe à parte interessada interpor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento acerca do tema, sob pena de preclusão.

d) Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita às demais, mesmo quando a empresa que efetuou o depósito pleiteia sua exclusão da lide.

e) Caberá recurso de revista das decisões proferidas nos embargos de terceiro, apresentados nas execuções, quando houver violação literal de disposição de lei federal.

22. Sobre atos, termos e prazos processuais, de acordo com o disposto na CLT, é correto afirmar que:

a) Os atos processuais serão sempre públicos.

b) Os prazos processuais podem ser prorrogados tanto pelo Juiz Federal que atue na Vara como pelo Tribunal, pelo tempo estritamente necessário.

c) Os autos dos processos da Justiça do Trabalho só poderão sair dos cartórios ou secretarias, se solicitados por advogado habilitado por uma das partes ou quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes em caso de recurso.

d) Os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados a qualquer momento, desde que fique o traslado.

e) Os prazos processuais são contínuos e, por serem peremptórios, são sempre irrelevantes.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

23. Sobre despacho de petição inicial relativa a causas repetitivas, é correto afirmar que:

a) Na hipótese de ser permitido ao juiz, ao despachar a inicial, proferir sentença de total improcedência por reprodução de sentença anteriormente prolatada em casos idênticos, o réu será citado somente se o juiz, exercendo juízo de retratação, determinar o prosseguimento da ação

b) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da sentença anteriormente prolatada, aplicando-se a teoria da tríplice identidade para a verificação da existência de casos idênticos.

c) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da sentença anteriormente prolatada, aplicando-se essa hipótese inclusive quando a inicial contiver pedidos compostos ou decomponíveis em cumulação objetiva.

d) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da sentença anteriormente prolatada, regra aplicável apenas quando o juiz prolator da sentença for também o autor da sentença que será reproduzida, visando manter uniforme o entendimento para os casos repetitivos.

e) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da sentença anteriormente prolatada, certo que não haverá condenação de honorários de sucumbência, salvo se o autor apelar e for mantida a sentença de improcedência.

24. Sobre a distribuição de processos, é correto afirmar que:

a) Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda.

b) Não podem ser distribuídas por dependência causas que se relacionarem, por conexão ou continência, com outra causa em que tenha havido desistência, porque tecnicamente não há conexão ou continência em relação a processo extinto.

c) A litispendência não é causa de distribuição por dependência nem de modificação de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

competência. Comprovada a existência de ações idênticas, o processo relativo à segunda ação será extinto, sem resolução de mérito, pelo juízo a quem originariamente coube por distribuição, sem necessidade de remessa ao juízo para o qual foi distribuída a primeira ação.

d) Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores; contudo, a alteração parcial dos réus na segunda demanda, afasta a prevenção.

e) Havendo intervenção de terceiro, o juiz mandará de ofício proceder a respectiva anotação pelo distribuidor, regra que não se aplica à assistência litisconsorcial em que o assistente é considerado litisconsorte da parte principal.

25. Sobre a exceção de incompetência relativa, é correto afirmar que:

a) A nulidade de cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz; contudo, o juiz somente poderá declinar da competência para o foro do domicílio do réu se por ele oferecida a respectiva exceção, eis que é vedado ao juiz proclamar de ofício a incompetência territorial.

b) Prorrogar-se-á a competência em razão do lugar se dela o juiz não declinar diante da nulidade da cláusula de eleição de foro existente em contrato de adesão ou quando o réu não opuser exceção declinatória nos casos e prazos legais.

c) A petição da exceção de incompetência deverá ser protocolizada no juízo de domicílio do réu e imediatamente remetida ao juízo que determinou a citação, contando-se o prazo de oferecimento da exceção, na hipótese de citação postal, a partir da data de recebimento, pelo réu, da carta citatória.

d) Na exceção de incompetência, a petição pode ser protocolizada no domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação, salvo se houver necessidade de prova testemunhal, hipótese em que deverá a exceção ser apresentada para protocolo diretamente no foro onde foi proposta a ação.

e) Argüida, em contestação, preliminar de nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, o juiz declinará, de ofício, da competência para o juízo do domicílio do réu, independentemente de oferecimento da exceção de incompetência.

26. Sobre competência é correto afirmar que:

a) O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante os tribunais, nas causas de sua competência originária, facultado ao exequente requerer a remessa de autos suplementares ao juízo do atual domicílio do devedor, para que seja processado o cumprimento, visando à maior efetividade dos atos de execução.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- b) O cumprimento da sentença é de competência do juízo que processou a causa no primeiro grau, facultado ao exeqüente optar por processar o cumprimento no foro onde se encontrem bens sujeitos à expropriação, caso em que a remessa de autos suplementares será solicitada ao juízo de origem.
- c) Considerando a extinção da ação autônoma de execução por título executivo judicial, o cumprimento da sentença efetuar-se-á sempre perante o juízo que proferiu a sentença no processo de conhecimento, estabelecendo-se a competência pelo critério funcional.
- d) Caso o exeqüente opte por efetuar o cumprimento da sentença perante o juízo do local onde se encontrem bens sujeitos à expropriação ou perante o juízo do atual domicílio do executado, a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem.
- e) Somente é facultado ao exeqüente optar entre foro onde se encontrem bens sujeitos à expropriação ou pelo foro do atual domicílio do executado, nas novas hipóteses em que a competência para o cumprimento da sentença é fixada pelo critério territorial.

27. Sobre a antecipação da tutela é correto afirmar que:

- a) Não é cabível a concessão de antecipação dos efeitos da tutela contra a coisa julgada.
- b) A tutela antecipada não pode ser concedida quando existir cumulação objetiva de pedidos compostos, ainda que alternados por subsidiariedade, admitindo-se, contudo, a antecipação nos pedidos decomponíveis quando estes, em qualquer parcela, mostrarem-se incontroversos.
- c) A fungibilidade da medida de antecipação da tutela em medida de natureza cautelar somente é possível em se tratando de medidas cautelares inominadas, com base no poder geral de cautela do juiz, sendo inaplicável a fungibilidade para deferir, em caráter incidental, medidas cautelares específicas.
- d) Quando um ou mais pedidos mostrarem-se incontroversos, o juiz poderá conceder a tutela antecipada, independentemente de requerimento da parte, diante da possibilidade de julgamento antecipado da lide decorrente da incontrovérsia e do implícito reconhecimento pelo réu do pedido do autor.
- e) É possível a antecipação dos efeitos da tutela no incidente de liquidação de sentença e no de impugnação ao cumprimento da sentença.

28. Sobre a tutela das obrigações de fazer e não fazer, assinale a alternativa correta:

- a) Pode o juiz converter a obrigação em perdas e danos, independentemente de requerimento do autor, se convencido, pelas circunstâncias da causa, de que será difícil obter o resultado prático correspondente, hipótese na qual será incluído no valor da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

indenização o valor da multa que tiver sido fixada pelo descumprimento do preceito cominatório.

b) Considerando o princípio do esgotamento da jurisdição, transitada em julgado a sentença condenatória de obrigação de fazer, não é mais possível ao juiz adotar providências práticas equivalentes ao adimplemento da obrigação cujo pedido foi julgado procedente, salvo a medida inibitória consistente no impedimento de atividade nociva, considerando o princípio da exaustão da prestação jurisdicional.

c) Para efetivação da tutela específica ou para obtenção de seu equivalente jurisdicional, o juiz poderá de ofício impor multa por tempo de atraso, cujo valor e periodicidade podem ser modificados, sendo que a multa para cumprimento de medida liminar antecipatória, depende de requerimento do autor, embora passível de controle pelo juiz.

d) O perigo da irreversibilidade do provimento, como pressuposto impeditivo à concessão da antecipação da tutela, não é aplicável à tutela específica das obrigações de fazer e não fazer.

e) Não cabe a imposição de astreintes contra pessoa de direito público, pois a Administração está jungida à legalidade e não tem condições de atender a prestações positivas resultantes de comandos constitucionais.

29. Sobre intervenção de terceiros é correto afirmar que:

a) A oposição oferecida antes da audiência será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação. Oferecida depois de iniciada a audiência, a oposição seguirá o procedimento ordinário, hipótese em que o juiz deverá suspender o andamento do processo referente à causa principal para conhecer da oposição em primeiro lugar.

b) Não é admissível o chamamento ao processo em execução ou na fase de cumprimento da sentença.

c) No procedimento sumário é admissível o chamamento ao processo e a denunciação da lide fundada em contrato de seguro.

d) A única modalidade de intervenção de terceiros que é admitida no processo perante os Juizados Especiais é a assistência simples.

e) O terceiro prejudicado pode interpor agravo retido.

30. Sobre os sujeitos da relação processual, assinale a alternativa correta:

a) Nas ações possessórias é sempre indispensável a participação do cônjuge do autor ou do réu, por se tratar de demanda que envolve direito real imobiliário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- b) Ao advogado que criar embaraços à efetivação de provimentos de natureza antecipatória, praticando ato atentatório ao exercício da jurisdição, poderá ser aplicada multa não superior a vinte por cento sobre o valor da causa, sem prejuízo das penalidades previstas nos estatutos da OAB.
- c) O mandado de segurança coletivo somente pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e legalmente constituído há pelo menos um ano, cuja atuação, nesse caso, será na qualidade de substituto processual.
- d) As entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, tratando-se de hipótese de substituição processual autônoma e concorrente.
- e) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito de terceiro, em condições idênticas, poderá, como substituto processual, impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer em prazo razoável, mesmo que notificado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário; fundo de garantia do tempo de serviço; salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- b) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; igualdade de direitos entre o trabalhador doméstico com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso; décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- c) Participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

d) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de dezesseis anos; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; licença-paternidade, nos termos fixados em lei; proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

e) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; aposentadoria; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas; reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; proteção em face da automação, na forma da lei; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa; ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, e até dois anos após a extinção do contrato do trabalho para o trabalhador rural.

32. Sobre os princípios constitucionais é correto afirmar que:

a) O princípio da indissolubilidade do Estado Federal tem como uma das finalidades básicas a unidade nacional, não existindo em nosso ordenamento jurídico o direito de secessão.

b) Pelo princípio da soberania o Estado brasileiro tem capacidade de editar suas próprias normas, sua própria ordem jurídica (a começar pela Lei Magna), de tal modo que qualquer regra heterônoma só tem validade nos casos e nos termos admitidos pela própria Constituição, salvo as Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil.

c) O princípio do valor social do trabalho e da livre iniciativa assegura proteção ao trabalho, por constituir-se no meio pelo qual homens e mulheres garantem sua subsistência e o crescimento do país, razão por que essa garantia destina-se essencialmente ao trabalhador subordinado.

d) O princípio da isonomia, que se reveste de auto-aplicabilidade, não é, enquanto postulado fundamental de nossa ordem político-jurídica, insuscetível de regulamentação ou de complementação normativa. Esse princípio, cuja observância vincula,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

condicionalmente, todas as manifestações do Poder Público, deve ser considerado, em sua precípua função de obstar discriminações e de extinguir privilégios.

e) A correta interpretação do princípio da igualdade torna inaceitável discriminar uma pessoa em função do sexo, sempre que o mesmo seja eleito com o propósito de desnivelar materialmente o homem da mulher; aceitando-o, porém, quando a finalidade pretendida for atenuar os desníveis de tratamento, não permitindo, porém, que normas infraconstitucionais tenham essa finalidade, ainda que em benefício da parte discriminada.

33. Sobre os princípios constitucionais do Direito do Trabalho é correto afirmar que:

a) O princípio da continuidade da relação de emprego decorre das normas sobre a indenização devida nas despedidas arbitrárias, que prevêm o levantamento do FGTS e o pagamento de aviso prévio, proporcional à antigüidade do empregado.

b) O princípio da proteção resulta de normas imperativas e, portanto, de ordem pública, que caracterizam a intervenção básica do Estado nas relações de trabalho, visando a opor obstáculos à autonomia da vontade. Essas regras cogentes formam uma linha divisória entre a vontade do Estado, manifestada pelos poderes competentes, e a dos contratantes. Daí decorre o princípio da irrenunciabilidade que vem sendo afetado pela tese da flexibilização, que se confunde com a transação, quando há *res dubia* ou *res litigiosa* no momento ou após a cessação do contrato de trabalho.

c) O princípio da primazia da realidade, em razão da qual a relação evidenciada pelos fatos define a verdadeira relação jurídica estipulada pelos contratantes, ainda que sob capa simulada não correspondente à realidade. A Justiça do Trabalho tem invocado reiteradamente esse princípio para reconhecer o vínculo laboral em relações jurídicas formalmente ajustadas sob o rótulo de serviços autônomos e contrato de estágio, por exemplo, desde que haja prestação de serviços em caráter eventual, sob o poder de comando de quem se aproveita dos serviços e os remunera.

d) O princípio da não discriminação, que proíbe a diferença de critério de admissão, de exercício de funções, de salário conforme sexo, idade, cor ou estado civil, ou em razão de deficiência física; também não permite distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual, independente de qualificação profissional, tempo de serviço na função ou existência de quadro de carreira, devendo todo trabalhador receber igual tratamento, levando-se em conta a isonomia constitucionalmente garantida.

e) O princípio *in dubio pro operário* aconselha o intérprete a escolher, entre duas ou mais interpretações viáveis, a mais favorável ao trabalhador, desde que não afronte à nítida manifestação do legislador, nem se trate de matéria probatória.

34. Sobre os direitos e garantias fundamentais, os direitos e deveres (individuais, difusos e coletivos) e tutelas constitucionais das liberdades, é correto afirmar que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- a) Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder; enquanto que o mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou pessoa física no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um mês, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- c) Conceder-se-á mandado de injunção somente quando não houver norma regulamentadora e for inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade.
- d) Conceder-se-á *habeas-data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público ou privado ou para retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- e) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

35. Relativamente aos elementos, objeto, supremacia e tipos de Constituição, bem como sobre Poder Constituinte, emenda, reforma e revisão constitucionais é correto afirmar que:

- a) O poder constituinte derivado reformador só está presente nas Constituições rígidas e consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional, diante da irrevogabilidade de seus dispositivos por mecanismos comuns, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal, e será exercido por determinados órgãos com caráter representativo, como pelo Congresso Nacional, no Brasil.
- b) A idéia da existência de um Poder Constituinte é o suporte lógico de uma Constituição superior ao restante do ordenamento jurídico, que só poderá ser modificada pelos Poderes Constituídos, tendo em vista que aquele Poder é distinto, anterior e fonte da autoridade destes, com os quais não se confunde.
- c) O Poder Constituinte originário estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses de uma comunidade, caracterizando-se por ser inicial, ilimitado, autônomo e condicionado.
- d) A outorga e a Assembléia Nacional Constituinte são as duas formas básicas de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

expressão do Poder Constituinte. A outorga é o estabelecimento da Constituição por declaração unilateral do agente revolucionário, que auto limita o seu poder, como ocorreu com a Constituição Brasileira de 1937. A Assembléia Nacional Constituinte, também denominada de convenção, nasce da deliberação da representação popular, oriunda de movimentos comunitários e se impõe sobre o agente revolucionário para estabelecer o texto organizatório e limitativo de Poder, a exemplo da Constituição Federal de 1988.

e) O Poder Constituinte derivado está inserido na própria Constituição, pois decorre de uma regra jurídica de autenticidade constitucional, portanto, conhece limitações constitucionais expressas e implícitas, não sendo passível de controle de constitucionalidade. Esse Poder apresenta as características de derivado, subordinado e condicionado.

36. Sobre a Administração Pública é correto afirmar que:

a) A eficiência é um dos princípios constitucionais da Administração Pública, que impõe ao Administrador praticar determinado ato apenas visando o seu fim legal, de forma impessoal.

b) Os cargos, empregos e funções públicas somente são acessíveis aos brasileiros natos ou naturalizados e aos portugueses equiparados.

c) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

d) O Servidor Público da Administração Direta, autárquica e fundacional no exercício de mandato eletivo de vereador, havendo compatibilidade de horário, poderá perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

e) As funções de confiança, na administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, podem ser exercidas por pessoas estranhas aos quadros do funcionalismo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

37. Sobre atos administrativos é correto afirmar que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- a) A conveniência e a oportunidade do ato administrativo constituem critério ditado pelo poder discricionário, mas ainda que sejam utilizadas dentro dos parâmetros permissivos legais, estão sempre sujeitas à reforma pelo Poder Judiciário.
- b) O ato administrativo inquinado do vício de legalidade pode ser invalidado apenas pelo Poder Judiciário. O ordenamento jurídico constitucional indica hipóteses de suporte para questionar judicialmente um ato administrativo ilegal, a exemplo do Mandado de Segurança, Ação Civil Pública e Ação Popular.
- c) O ato administrativo, dentre outras maneiras, extingue-se de forma objetiva, o que ocorre com o desaparecimento do sujeito que dele se beneficiou, a exemplo de uma permissão, em que a morte do permissionário extingue o ato por falta de elemento subjetivo, pois via de regra, o ato é intransferível,
- d) A invalidação opera efeito *ex tunc*, isto é, fulmina o que já ocorreu, negam-se hoje os efeitos de ontem; mas terceiros podem reclamar direitos que o ato ilegítimo não poderia gerar por tratar-se de direito adquirido, caso em que o interesse público não prevalece sobre o particular.
- e) O instituto da convalidação, que pode ser aplicado a todos os atos viciados, tem a mesma premissa pela qual se demarca a diferença entre vícios sanáveis e insanáveis, existentes no direito privado, e pode ocorrer de três formas: ratificação, reforma e conversão, admitindo a primeira que um novo ato suprima uma parte inválida do ato anterior, mantendo sua parte válida.

38. Sobre improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- a) Os atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito sujeitam o responsável, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.
- b) A aplicação das sanções por improbidade administrativa depende da efetiva ocorrência do dano ao patrimônio público e, em determinados casos, de rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.
- c) A autoridade judicial poderá determinar o afastamento do agente político do exercício do emprego, sem remuneração, quando essa medida for necessária à apuração da prática de atos de improbidade.
- d) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público não está sujeito às sanções por improbidade administrativa.
- e) Os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário sujeitam o responsável, dentre outras penas, ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DIREITO PENAL

39) É considerado crime contra a administração da justiça:

- a) Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem à testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação.
- b) Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de argumentos infundáveis ou oferecimento de vantagem.
- c) Trair o dever profissional, na qualidade de advogado ou procurador, prejudicando interesse, cujo patrocínio, fora do juízo, lhe é confiado.
- d) Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de prejudicar interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral.
- e) Inutilizar, total ou parcialmente documentos desentranhados dos autos, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

40. Sobre os sujeitos do Direito Internacional, assinale a alternativa correta:

- a) A personalidade jurídica das organizações internacionais é originária.
- b) As empresas têm personalidade jurídica de direito internacional.
- c) O Estado é sujeito originário de direito internacional público, enquanto as organizações internacionais são uma realidade jurídica criada pelo tratado constitutivo.
- d) Os indivíduos podem ser sujeitos de direito público internacional.
- e) Somente as empresas binacionais têm personalidade jurídica de direito internacional.

DIREITO CIVIL

41. Sobre a eficácia da lei é correto afirmar que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- a) Em se tratando de lei de vigência temporária, tem ela revogação automática quando vence o prazo predeterminado para sua expiração ou quando se dá a consumação de seu objeto. No primeiro caso, a revogação é tácita e, no segundo, é expressa.
- b) É modalidade de revogação expressa aquela que o legislador faz uma declaração genérica de revogação das disposições em contrário ao novo comando, sem identificar a lei ou dispositivos legais revogados.
- c) Caso venha ocorrer, antes da vigência da lei, nova publicação destinada à correção do texto da lei, inicia-se novo cômputo de prazo a partir da nova publicação.
- d) Considera-se direito adquirido apenas aquele decorrente de um negócio jurídico fundado na lei vigente ao tempo em que foi praticado.
- e) Uma vez revogada uma lei, não mais retorna à vida, mesmo que a lei revogadora desapareça, salvo disposições em contrário, pois o direito brasileiro adota o princípio de repristinação das leis.

42. Sobre prescrição é correto afirmar que:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes.
- b) Na interrupção da prescrição, cessada a causa que a ensejou, o prazo prescricional recomeça a correr do ponto onde parou.
- c) Em se tratando de obrigação solidária, ativa ou passiva, a interrupção da prescrição, aberta por um dos credores solidários, não aproveita aos outros, assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.
- d) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez.
- e) A renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá sendo feita sem prejuízo de terceiro, desde que antes da prescrição se consumir.

43. Acerca do enriquecimento sem causa é correto afirmar:

- a) Aquele que, sem justa causa, enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários a partir da data do ajuizamento da ação *in rem verso*, cessando o dever de restituir no exato momento em que cessar também o enriquecimento sem causa.
- b) São pressupostos fáticos do enriquecimento sem causa: a obtenção de algo que resultou no aumento de patrimônio; a obtenção ter sido às expensas de outrem; imediatidade entre a obtenção e a vantagem financeira retirada; e ausência de causa jurídica ou decorrente de um negócio jurídico leonino.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

c) A ação *in rem verso* é de natureza pessoal, transmissível aos herdeiros, cujo objeto é a restituição no limite do prejuízo sofrido, permitindo-se a cumulação com o pedido de indenização por perdas e danos.

d) Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu fica obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que ocorreu a efetiva restituição.

e) A ação *in rem verso* é de caráter subsidiário ou residual, na medida em que somente poderá ser intentada quando inexistir ação específica, sendo cabível não só quando não houver causa que justifique o enriquecimento, mas também se este deixou de existir.

44. Sabendo-se que bens imóveis são aqueles que não se podem transportar de um lugar para outro, sem destruição; ao contrário dos bens móveis, que podem ser transportados, por força própria ou estranha, sem deterioração em sua substância ou destinação econômico-social, é correta a seguinte afirmação:

a) É imóvel por acessão física ou artificial tudo aquilo que o homem incorporar permanentemente ao solo, a exemplo dos edifícios e construções; enquanto perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mesmo conservando sua unidade, forem removidas para outro local.

b) São móveis por acessão intelectual ou por destinação do proprietário todas as coisas que este mantiver, intencionalmente, em sua exploração industrial, no seu aformoseamento ou na sua comodidade, tais como máquinas agrícolas, ornamentos e geradores.

c) Não perde o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem; assim como adquirem essa qualidade os materiais destinados à determinada construção, mesmo enquanto não forem nela empregados.

d) Tanto o direito à sucessão aberta como os direitos autorais, enquanto direitos pessoais de caráter patrimonial, são considerados móveis para os efeitos legais.

e) Se um prédio for demolido, o material de construção, decorrente da demolição, será tido como móvel, desde que não mais empregado em sua reconstrução.

45. Considerando-se a aplicação subsidiária do Direito Comum ao Direito do Trabalho e os princípios fundamentais deste ramo do direito, é correto afirmar no que tange à obrigação solidária do devedor trabalhista:

a) Visando à proteção do crédito do trabalhador, a responsabilidade do devedor será



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

sempre solidária, salvo na hipótese de terceirização, em que a responsabilidade será subsidiária, haja vista a regra de que a solidariedade não se presume, mas resulta da lei ou da vontade das partes.

b) Na hipótese de grupo econômico e de sucessão de empregador, o empregado poderá exigir a qualquer tempo, de cada um ou de alguns dos devedores, o valor de seu crédito, haja vista a previsão de responsabilidade solidária expressa na CLT.

c) Mesmo na hipótese de um dos sócios de sociedade simples ceder total ou parcialmente suas quotas, com modificação do contrato social, estará obrigado solidariamente pelos créditos daqueles que eram empregados da sociedade, na época da cessão, porém até dois anos contados da alteração do contrato societário, ainda que o credor não tenha ajuizado ação contra o cedente, mas apenas contra a empresa.

d) O devedor solidário que satisfaz a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, inclusive do insolvente, se houver, sendo iguais no débito as partes de todos os co-devedores.

e) Ainda que a dívida solidária interesse exclusivamente a um dos devedores trabalhistas, aquele que pagar terá direito de regresso contra os demais co-devedores, haja vista a situação de igualdade destes numa relação societária.

46. Sobre o Bem de Família é correto afirmar que:

a) Trata-se de instituição jurídica que há de ser feita pelos cônjuges, companheiros, chefe de família monoparental ou terceiro, através de instrumento público ou testamento.

b) Em se tratando de unidade residencial, instituída como bem de família, esta é impenhorável, estando repetidas no Código Civil de 2002 as mesmas exceções à impenhorabilidade previstas na Lei que dispõe exclusivamente sobre essa matéria.

c) Como bem de família pode-se registrar um prédio urbano e um rural, com suas pertenças e acessórios, destinando-se ambos à residência familiar, o que foi uma inovação do Novo Código Civil Brasileiro.

d) Para se instituir um prédio urbano ou rural como bem de família, necessário é que o imóvel seja habitado ou explorado pela família, caracterizando-o, assim, como residencial ou como domicílio do instituidor.

e) No que concerne ao aspecto trabalhista, a impenhorabilidade do bem de família só não é excepcionada em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência (empregados domésticos) e das respectivas contribuições previdenciárias.

DIREITO COMERCIAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

47. Sobre a alienação fiduciária, considerando-se o disposto no Novo Código Civil, é correto afirmar que:

- a) Na vigência do contrato, o verdadeiro titular do direito real sobre o bem móvel infungível é o devedor fiduciário, que tem a propriedade resolúvel.
- b) Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor apenas possuidor direto da coisa. Daí por que é plenamente válida a penhora desta, por seu valor integral, não devendo ser acolhidos os Embargos de Terceiro caso opostos pelo credor fiduciário.
- c) O inadimplemento contratual do devedor fiduciário dá direito ao credor, proprietário fiduciário, de retomar o bem e permanecer com ele em seu poder, como forma de satisfação da dívida.
- d) No período de vigência do contrato de alienação fiduciária, o devedor fiduciário pode usar livremente o bem, às suas expensas e risco, sendo obrigado, no entanto, como depositário, a empregar na guarda da coisa a diligência exigida por sua natureza.
- e) A propriedade fiduciária é resolúvel porque, caso o devedor não cumpra sua obrigação no contrato, perde definitivamente a propriedade do bem em favor do credor fiduciário.

48. Considerando-se o disposto no ordenamento jurídico vigente acerca das Sociedades Anônimas, é correto afirmar que:

- a) Podem ser classificadas em Companhias Abertas e Fechadas conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários, podendo a Comissão de Valores classificá-las em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por elas emitidos.
- b) São empresas de capital dividido em ações, com responsabilidade dos sócios ou acionistas limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- c) Seu capital social poderá ser formado por contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, podendo ser modificado, conforme a vontade dos acionistas, deliberada em assembléia geral extraordinária, específica para tal fim, e nos termos do estatuto social.
- d) São deveres exclusivos de seus administradores: o dever de diligência e o de lealdade, entendendo-se o primeiro como o cuidado que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios, e sendo exemplo do segundo, observar a vedação de adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir.
- e) À medida que um empregado de uma sociedade anônima, de capital aberto ou fechado, torna-se acionista de sua empregadora, perde a qualidade de empregado, por



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

incompatibilidade entre a figura deste com a de sócio.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

49. Entre os princípios que regem a Previdência Social está (ão) incluído (os):

- a) O caráter democrático e centralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.
- b) A universalidade de participação nos planos previdenciários, incluindo a previdência privada.
- c) A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, independente de seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- d) O cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição não corrigidos monetariamente.
- e) Irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo e valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário-mínimo.

50. Sobre os objetivos constitucionais da Seguridade Social é correto afirmar que:

- a) A Constituição Federal disciplina a uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, inclusive para os servidores civis, militares e congressistas.
- b) A universalidade da cobertura é entendida como as contingências cobertas pelo sistema, como a impossibilidade de retornar ao trabalho, a idade avançada, a morte, etc, enquanto a universalidade do atendimento refere-se às prestações que as pessoas necessitam, pois todos têm direito a socorrer-se do sistema, independentemente do pagamento de contribuições, sendo direito da pessoa e dever do Estado.
- c) A distributividade tem caráter social, todavia a seleção das prestações é feita de acordo com as possibilidades econômico-financeiras do sistema da seguridade social, de modo a beneficiar todas as pessoas indistintamente.
- d) A irredutibilidade do valor dos benefícios é nominal, real e independe de lei ordinária, diante do princípio da irredutibilidade salarial.
- e) A gestão administrativa da Seguridade Social é quatripartite, com caráter democrático e centralizado, envolvendo: governo, aposentados, trabalhadores e empregadores.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO